

Affonso Romano de Sant'Anna

A ficção das constituições

ENQUANTO batalhamos mais uma constituição no Congresso em Brasília, os Estados Unidos comemoram 200 anos de sua constituição, que começou a ser escrita em maio de 1787 e em setembro do mesmo ano estava pronta, redigida por apenas 55 pessoas.

Nossa constituição nova, que está sendo escrita num espaço de tempo mais ou menos semelhante, no rascunho tem dois volumes, muitas centenas de páginas, e está sendo composta com a ajuda do computador. A americana tem quatro páginas, 4.543 palavras, e foi escrita com pena de pato ou ganso mesmo. Em compensação, leio alhures que não há muitas coisas que duram há 200 anos no mundo político e nenhuma constituição tem tal longevidade. Na verdade, dois terços das constituições do mundo começaram ou foram escritas desde 1970 e só 14 são de antes da Segunda Guerra. A Síria e a Tailândia tiveram nove e o Brasil uma meia dúzia.

Não. Ainda não li o *Time* com o número especial sobre os 200 anos da constituição americana. Mas vi, numa dessas revistas de avião, fotografias de uma cena ritual importante: a transferência, em 1952, da Biblioteca

do Congresso para o Arquivo Nacional, do texto original dessa constituição e da Declaração da Independência. Esses documentos iam numa espécie de andor cercados por marines, pela Banda do Exército, tambores da Força Aérea, dois tanques, homens de metralhadoras e batedores. Era uma procissão cívica. Diferente, é claro, das que os países católicos realizam.

Anotava essas coisas, quando leio um artigo de Octávio Paz onde ele se refere à constituição americana. E mais uma vez o poeta clarifica coisas melhor que um cientista social. Paz, o poeta-pensador, que não fica aí preso a probleminhas formais do verso, mas pensa abrangentemente a história. E ele diz logo de saída: "A promulgação de uma constituição é simultaneamente uma ficção e um pacto. Ficção, porque a constituição pretende ser a ata declaratória do começo, a fé do batismo da sociedade; trata-se de uma ficção porque a sociedade é anterior a essa declaração de nascimento".

Os povos se formam por aglutinação, mas isto não garante que se transformem automaticamente em Estados. Para que isto ocorra é necessário que a nação se crie, se constitua a partir de um ato fundador. Com efeito, diz Octávio Paz, alguns países para se estruturarem voltam-se para um símbolo no passado. A França retomou a figura do Vercingetorix e o México, ao declarar sua independência em 1821, voltou-se para a restauração de suas raízes indígenas.

Os Estados Unidos fizeram algo totalmente novo. Se em países como o México o começo foi um recomeço, os americanos, diferentemente, resolveram inventar um país. Inventaram-se a si mesmos,

"sua nação não nasceu do jogo de impessoais forças históricas, mas de um ato político deliberado. Não descobriram, um belo dia, que eram norte-americanos: decidiram sê-lo. O passado não os fundou: fundaram-se a si mesmos".

Isto explica muito do caráter dos Estados Unidos. Nasceram de uma idéia, de um projeto, e não tendo ligações edipianas com uma história que os atasse ao passado, constituem uma ruptura. Assim "os norte-americanos não são filhos de uma história: são o começo de outra história. Não se definem, como os outros povos, por sua origem, mas pelo que serão". Isto explica que estejam sempre voltados para o futuro, pois não tinham passado. E assumiram, pela integração dos imigrantes, que o seu caráter era a



pluralidade de caracteres e a sua singularidade a ausência de particularidades nacionais.

Seria interessante um dia se desenvolver este pensamento, paralelizando-o com o de Mário de Andrade (outro poeta-pensador, único equivalente no Brasil a Octávio Paz), quando ele, no simulacro de Macunaíma, define o brasileiro como alguém "sem caráter", ainda não fundado e organizado historicamente. Coincidentemente, nesta linha de raciocínio, o Brasil teria com os Estados Unidos uma identificação: desde que surgiu se definiu como o "país do futuro", voltado para o devir.

Mas por que o projeto brasileiro ainda não se realizou, enquanto os Estados Unidos se comprazem gloriosamente no que Paz chama de "democracia imperial"?

Existem centenas de livros tentando explicar isto. E penso como teríamos sido diferentes se fundados também no século da razão durante a Inconfidência Mineira. O projeto ali era de ruptura. Os revoltosos mantinham contato com os revolucionários americanos e franceses. Tendo fracassado, sobrounos o modelo da não-ruptura, da ruptura sempre aparente: um português (Pedro I), filho do rei português (D. João VI) é que faz nossa "independência". A partir daí abundam exemplos de autoritários, num primeiro instante, organizando a democracia num segundo lance. Tomem Vargas, Figueiredo ou Sarney. Continuidade, sim. Ruptura, não.

Octávio Paz diz que uma constituição é um pacto e uma ficção. Tem-se falado muito aqui de "pacto". Resta saber que tipo de "ficção" está sendo escrita em Brasília.